CES/SE
Conselho Estadual de Saúde de Sergipe

ATA DA 288ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE SERGIPE REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2025.

Aos vinte e nove dias do mês de agosto de 2025, às 9h28 foi realizada a 288ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde, no auditório da Fundação Estadual de Saúde - FUNESA, localizado na Tv. Manoel Aguiar Menezes, 33 - Getúlio Vargas, Aracaju – SE, convocada por seu Presidente, **Cláudio Mitidieri Simões**, para que fosse discutida e deliberada a pauta do dia. O conselheiro Antônio Luiz presidiu a reunião. Convidou representantes no pleno para compor a mesa de forma paritária. Ao iniciar a reunião solicitou ao pleno apreciar inclusão de pauta e alteração nos itens, de modo que o pleno votou a favor. A pauta ficou da seguinte forma: **1. Aprovação da 287ª ata reunião ordinária; 2. Apresentação sobre Organizações Sociais. Jória Dias - SES/DGPOS; 3. Apresentação do Relatório Anual de Gestão/RAG 2023 para apreciação do conselho - SES/DIPLAN; 4. Apresentar Parecer da comissão de finanças do RAG 2023 - CES/Comfin; 5. Apresentação do Programa de Fortalecimento das Redes de Inclusão Social e de Atenção à Saúde - PROREDES/Mª Socorro/SES; 6. Apresentação e aprovação do Plano Diretor de Sangue, Hemocomponentes e Hemoderivados da Hemorrede do estado de Sergipe; 7. Apresentar para aprovação "Validar processo eleitoral dos Conselhos Municipais de saúde". Ubiracy; 8. Informes gerais; e 9. O que ocorrer.** Estando presentes os seguintes conselheiros: **Titulares**: **Segmento Usuários** – LUCAS DOS SANTOS (Associação Comunitária de Ensino e Cultura Paz e Bem); UBIRACY FERREIRA SUASSUNA (Associação Comunitária Santo Antônio); ANTÔNIO LUIZ DOS SANTOS (Associação de pais, amigos e pessoas com deficiências, de funcionários do banco do Brasil e da comunidade - APABB); NÚBIA SANTANA BISPO (Centro Social Sérgio Arouca-CCSA); JORGE LOPES DE SANTANA (Movimento Internacional da Paz - MINPA); ROBÍNSON BARROSO SOARES (Movimento Comunitário do Estado de Sergipe - MOCESE); ADRIANA LOHANNA DOS SANTOS (Movimento Popular de Saúde - MOPS); e LUCIANO DA SILVA OLIVEIRA (Rotary Club de Aracaju). **Segmento Trabalhadores:** ANA PAULA VIEIRA ALVES MENDONÇA (Associação Brasileira de Odontologia - ABO); ALLAN JOHN DE OLIVEIRA MELO (Sindicato dos Enfermeiros do Estado de Sergipe - SINDIFARMA); e FERNANDO ANTÔNIO NASCIMENTO DA SILVA (Sindicato dos Psicólogos do Estado de Sergipe – SINPSI/SE). **Segmento Gestores:** Secretaria de Estado da Saúde de Sergipe/SES: DAVI ROGÉRIO FRAGA DE SOUZA. Prestadores: NATASHA EMANUELLY DE JESUS CORDEIRO MILET (Associação Luz do Sol); e ADNA DE SANTANA BARBOSA (Fundação Hospitalar de Sergipe). Secretários de Saúde/COSEMS: JARDEL MARTINS DE VASCONCELOS. **Suplentes: Segmento Usuários** - VERA LÚCIA TAVARES FARIAS (Associação Comunitária

CES/SE
Conselho Estadual de Saúde de Sergipe

de Apoio às Mulheres de Aracaju - ASCAPAMA); JOSÉ VICENTE DOS SANTOS LEMOS ((Federação das Entidades Comunitárias de Sergipe - FECS); EVANILDO PEREIRA OLIVEIRA (Movimento Internacional da Paz/MINPA); e LUIZ CARLOS DA SILVA (Movimento Comunitário do Estado de Sergipe - MOCESE). **Suplentes: Segmento Trabalhadores** – DICLÉIA VITOR FERREIRA (Sindicato dos Cirurgiões Dentistas de Sergipe); SHEILA MORGANA MOTA DE LIMA (Sindicato dos Enfermeiros do Estado de Sergipe/SEESE); e HUGO JARDELINO DE ANDRADE (Sindicato dos Médicos do Estado de Sergipe-SINDIMED). **Suplentes: Segmento Gestor: SES** MARLI FRANCISCA DOS SANTOS PALMEIRA E GISELDA MELO. A reunião foi iniciada e presidida por Antônio Luiz, vice-presidente do Conselho Estadual de Saúde, deu boas-vindas. Passou ao **PRIMEIRO PONTO DE PAUTA - Aprovação da 287ª ata reunião ordinária. Antônio Luiz** perguntou se todos haviam recebido a ata. Todos confirmaram o recebimento do documento, de modo prévio. Não houve nenhuma manifestação, nem questionamento. Em regime de votação a ata foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes. Prosseguiu-se, para **Apresentação sobre Organizações Sociais (OS). Jória Dias - SES/DGPOS**. Srª Jória, cumprimentou o pleno, apresentou-se e explanou o que são organizações sociais, o marco legal em Sergipe foi através da Lei 9.298/2023 que criou o Programa Estadual das OS (PEOS), regulariza gestão e fiscalização de OSs em Sergipe; o Decreto 679/2024 que estabelece requisitos de qualificação e tramitação junto à Comissão de Gestão de Organizações Sociais (CGOS); Lei 9.600/2025 que consolida o Conselho de Governança das OS (CGOS) como órgão deliberativo. Exemplificou o Hospital da Criança por ser o único equipamento concluído, com vigência contratual de trinta e seis meses, iniciado em 01/07/2025, podendo ser prorrogado em até 10 anos. Explicou como a OS passa pelo processo de qualificação para estar apto a prestar serviços nos equipamentos de saúde em parceria com o poder público, sendo responsável pela gestão, manutenção, abastecimento e fornecimento de pessoal para executar as atividades. Citou o repasse mensal à OS; as melhorias implementadas nas ações assistenciais, gestão de pessoas, estrutura física, e os planos em execução. Na sequência explicou sobre como se dá a prestação de contas e indicadores por meio dos instrumentos de controle; os aspectos jurídicos e fiscais. Por fim, esclareceu sobre o controle e transparência; que a CGOS atua na qualificação e acompanhamento das OSs e que o contrato e prestação de contas são auditáveis e acessíveis, com controle interno, externo e social. Agradeceu pela oportunidade em ter explanado sobre OSs, colocou-se a disposição para dirimir questionamentos. **Ubiracy** questionou sobre a existência de Lei Federal para o estado se guiar e não somente por marcos estaduais e questionou sobre a Lei nº 14.133. **Jória** esclareceu sobre a Lei Federal nº 9.637/1998 que Dispõe sobre a qualificação de

entidades como organizações sociais; a lei nº 14.133 estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; diferente da Lei nº 9.298/2023 que Cria o Programa Estadual das Organizações Sociais, dispõe sobre a qualificação de entidades como Organização Social e sua vinculação contratual com o Poder Público Estadual. Dando continuidade, explicou todo o trâmite das OSs para concorrer ao chamamento publico. informou que toda a documentação se encontra no site da SES, desde as OSs concorrentes às que foram habilitadas, com os respectivos documentos referentes a caracterização do equipamento, termo de referência, especificações técnicas, descritivo dos serviços, mecanismo de repasse para o custeio do contrato de gestão. Enfim, tudo se encontra no site da secretaria. Ressaltou que todas as informações são monitoradas via sistema informatizado por planilha qualiquante, sendo as glosas realizadas a cada noventa dias. **Luciano** verbalizou não entender a formatação de uma OS em virtude de se viver em um país capitalista e tudo gira em torno do capital para se viver. Também não entendeu uma OS receber determinado valor no contrato e poder renegociar. **Ubiracy** replicou a fala de Jória sobre uma OS ter fiscalização mais rigorosa que o estado. Perguntou se há ingerência da SES na fiscalização do serviço público. Questionou sobre os indicadores pontuados. Sinalizou a necessidade de verificar o que está no contrato, quais são os indicadores, o que é cobrado de acordo com o que será pago. **Jória** narrou que os equipamentos da saúde são equiparados para depois funcionar com o devido atendimento à população. Salientou que o propósito da apresentação é explicar o que é o programa das OS e o que o governo estadual pretende com o projeto das OS. Ressaltou que o Estado não privatizou os aparelhos com as OSS e nem vendeu os hospitais, apenas fez um contrato de cogestão. O estado continua responsável e é o ente fiscalizador, a OSs é responsável por gerenciar. Pontuou sobre concurso público no sentido dos servidores terem livre arbítrio para trabalhar ou não com a OS. **Ubiracy** questionou sobre o servidor que trabalha no equipamento gerido por OS se sendo pago pela SES como justifica o repasse se no contrato especifica o quantitativo de profissionais. **Jória** explicou que os profissionais são locados no serviço, mas quando a OS inicia a gestão se reduz o valor da mão de obra do servidor que continua no equipamento. Voltou a reafirmar que o estado passa a ser ente fiscalizador e continua a prestar contas aos órgãos de controle que também são fiscalizadores. **Ubiracy** solicitou que a cada dois meses a SES apresente no Conselho Estadual a prestação de contas do pagamento e serviços prestados, com os indicadores e verificador independente, se houver. **Jória** pontuou que pode ocorrer a prestação a cada trinta dias, contudo sugeriu ocorrer a prestação quadrimestral para apresentar as glosas. **Davi** acrescentou a explanação de Jória, ressaltou que o monitoramento e encontro de

CES/SE
Conselho Estadual de Saúde de Sergipe

contas ocorre por quadrimestre, estando no relatório enviado ao CES o desempenho operacional e os recursos deportados na OS com os devidos indicadores. Ficou acordado ocorrer a explanação a cada quadrimestre. a cada quatro meses. **Jória** ressaltou que a SES reafirma o compromisso com a transparência, a fiscalização, a eficiência e a responsabilidade na gestão pública da saúde. Informou que a Diretoria da OS é subordinada ao secretário da SES e a Procuradoria Geral do Estado. Agradeceu a atenção e a colaboração do Conselho Estadual de Saúde que fortalece o exercício do controle social e contribui para a melhoria contínua dos serviços. **Fernando** cumprimentou o pleno, citou que há várias denúncias relacionadas aos contratos de OS em Goiás. Salientou que OS trata do primeiro passo para privatizar os serviços de saúde. **Sheila** cumprimentou o pleno, solicitou esclarecimento concernente aos contratos dos profissionais recepcionistas do Hospital da Criança por ter sido verbalizado haver uma quantidade exorbitante de profissionais antes da OS assumir. Pois, o que se entendeu é ocorrer uma ingerência do estado. Afirmou que a entrada da OS no serviço público compromete, em alguns casos, os direitos trabalhistas, visto serem fiscalizados pela inteligência artificial no momento que chega ao serviço, sem ser avaliados quesitos como emocional e psicológico. Citou que quando a OS assumiu o hospital da criança os profissionais da Fundação foram devolvidos ao local de origem. Por fim, afirmou que as OS em Goiás estão inadimplentes com os trabalhadores. **Núbia** citou explanação do conselheiro Fernando ao afirmar a ocorrência de desvios por parte da OS em Goiás. Convocou o pleno a refletir se o erro não está nos órgãos fiscalizadores, inclusive dos conselhos de saúde. Acrescentou que se ocorre reclamação dos profissionais no hospital da criança os sindicatos e os órgãos fiscalizadores devem acompanhar de perto para as providências. **Jorge Lopes** cumprimentou o pleno, salientou a discussão sobre as OSs ser algo antigo, a dificuldade sobre o trabalho desenvolvido por OS ser precário em alguns estados. Ratificou explanação de Núbia sobre o conselho realizar visita de fiscalização onde a OS tem contrato. **Fernando** informou não caber responsabilizar o conselho, pois há muitas denúncias no Ministério Público e o estado não toma as providências para solucionar. O estado almeja privatizar os serviços de saúde. **Davi** agradeceu a explanação de Jória e equipe que conduz o processo das OSs, bem como o posicionamento dos conselheiros. Salientou o encaminhamento solicitado pelo conselheiro Ubiracy sobre a pactuação em enviar os relatórios quadrimestrais para apreciação do conselho. Dando continuidade passou ao **TERCEIRO PONTO DE PAUTA Apresentação do Relatório Anual de Gestão/RAG 2023 para apreciação do conselho – SES/DIPLAN. Giselda** cumprimentou o pleno, explanou que apresentação é a mesma apresentada pelo secretário na Assembleia Legislativa. Exibiu a execução orçamentária ocorrida em 2023 por fonte de recurso, total empenhado, liquidado e pago, os contratos de

CES/SE
Conselho Estadual de Saúde de Sergipe

serviços das Fundações: Hospitalar, Parreiras Horta e FUNESA. Explanou os gastos da estruturação das unidades assistenciais. Citou as auditorias realizadas pela SES. Apresentou a produção ambulatorial; os procedimentos hospitalares em relação ao Opera Sergipe e Enxerga Sergipe; as internações em leito cirúrgico de caráter eletivo; os procedimentos hospitalares. Em seguida, exibiu dados dos serviços e a produção do Centro de Atenção à Saúde de Sergipe - CASE e do Centro de Especialidades em Reabilitação - CER IV; o quantitativo de transplantes e despesas com Tratamento Fora de Domicílio (TFD). Exibiu o total de ocorrências atendidas no SAMU; citou a Produção média das Unidades de Alta Complexidade em Oncologia e por último apresentou os indicadores de saúde. Ressaltou reunião ocorrida com a equipe técnica da SES/DIPLAN e a comissão de finanças para dirimir dúvidas. **Davi** agradeceu à Giselda, perguntou ao pleno se teria questionamentos. **Luciano** cumprimentou o pleno. Citou visita realizada ao Hospital de Amor, citou a capacidade em atendimento de radioterapia e quimioterapia em 60%. **Giselda** salientou que apresenta dados de modo geral. Passou-se ao **QUARTO ITEM DA PAUTA. Apresentar Parecer da comissão de finanças do RAG 2023 – CES/Comfin.** A leitura do relatório foi realizada pela conselheira **Lohanna** que teve como pontos destacados pela comissão sobre o RAG 2023: "Destaca-se que a gestão do CES anterior não fez as avaliações dos Quadrimestres impossibilitando assim recomendações para a PAS 2024; Dentre os vários avanços a comissão destaca o aumento entre 2020 a 2023 em mais de 250% das cirurgias eletivas; O aumento de prestadores do projeto "Opera Sergipe"; A Secretaria Estadual de saúde de Sergipe deve observar a possibilidade de maior abrangência do Centro de Atenção à Saúde de Sergipe - CASE com a perspectiva de reduzir a judicialização de medicamentos; Intensificar, ao máximo, campanhas e ações de conscientização de doação de órgãos; Todas essas observações devem ser ponderadas para o PES 2026/2029; Força tarefa para alcançar a meta do parto normal e sífilis congênita; e Efetivar e fortalecer a Política Estadual de Atenção Básica no intuito dos Municípios ampliarem o acesso ao pré-natal, expandir o planejamento familiar e as ações de vacinação, organizar e qualificar a rede de saúde para os momentos de parto e pós-parto, fortalecer a vigilância epidemiológica para investigar e prevenir óbitos, e capacitar os profissionais de saúde para o atendimento integral às gestantes e crianças". **Davi** esclareceu que a comissão se reuniu e debruçou-se para analisar e dirimir dúvidas com a equipe técnica da Diretoria de Planejamento da SES sobre os detalhes do relatório, com posterior emissão de parecer. Encaminhou para votação. Houve dezessete votos a favor, duas abstenções e nenhum voto contra. O RAG 2023 foi aprovado pelo pleno. Na sequência, passou-se ao tema **QUINTO PONTO DA PAUTA - 5. Apresentação do Programa de Fortalecimento das Redes de Inclusão Social e de Atenção à Saúde – PROREDES. Maria do Socorro/SES**

CES/SE
Conselho Estadual de Saúde de Sergipe

cumprimentou o pleno, apresentou-se, está à frente do PROREDES desde o nascedouro em 2021. Expôs toda a trajetória do programa, da carta consulta até o momento presente da execução. Citou a base legal dos atos normativos, o desenvolver do projeto até o desfecho de cada etapa. Ressaltou que o PROREDES está dentro do Plano de Saúde, ligado a todas as diretorias da SES. Agradeceu a oportunidade ao CES por possibilitar apresentação do PROREDES e socializar todas as informações. **Davi** e todo o pleno parabenizou pela explanação. Na sequência passou-se ao **SEXTO ITEM DA PAUTA - Apresentação e aprovação do Plano Diretor de Sangue, Hemocomponentes e Hemoderivados da Hemorrede do estado de Sergipe. Davi** esclareceu ser uma normativa que determina apresentar e ser apreciado pelo conselho de saúde. **Drª Maria Amália**, cumprimentou o pleno, apresentou-se e fez explanação sobre o plano diretor de sangue no quesito estrutura e abrangência; o fluxo de trabalho e responsabilidades; as leis norteadoras; a concepção do plano; as diretrizes e metas; a visão estratégica e o impacto na saúde pública. Salientou que o plano é um compromisso com a saúde e a vida dos sergipanos. Por fim, explicou que o Plano Diretor foi elaborado a partir da discussão com as unidades que compõem a Hemorrede\SE, na sequência submetido aos membros da Câmara técnica de Hematologia e Hemoterapia de Sergipe, em seguida ao Conselho curador e ora ao Conselho estadual de saúde. Agradeceu a oportunidade em explanar sobre o plano diretor de sangue. **Davi** abriu para questionamentos do pleno. **Lohanna** ressaltou a importância da informatização para acompanhar o percurso percorrido na rede de serviços. Parabenizou pela explanação e por transmitir ao Conselho informações importantes. **Luiz Carlos** sugeriu unidade móvel para realizar busca ativa na doação de sangue e realizar mais campanhas educativas. **Drª Maria Amália** explicou que em agosto estava com a campanha em um shopping e tem viajado a alguns municípios para realizar a coleta externa de sangue sob demanda. Nada mais a ser tratado sobre a pauta **Davi** encaminhou para o pleno apreciar com pedido de manifestação sobre aprovação. O pleno votou por unanimidade ao Plano Diretor de Sangue. Dando sequência, passou-se ao **SÉTIMO PONTO DE PAUTA. Apresentar para aprovação "Validar processo eleitoral dos Conselhos Municipais de saúde". Ubiracy** solicitou a conselheira Lohanna realizar a leitura. **Lohanna** leu a minuta da resolução com as devidas recomendações aos conselhos municipais de saúde como proceder ao cumprimento do processo eleitoral, conforme preconiza a Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Após a leitura **Davi** passou para apreciação do pleno. Houve questionamentos sobre os verbos: Disciplinar e Validar. Lohanna esclareceu que a comissão do CES disciplina os conselhos municipais com orientações e depois validar de acordo com o que regido pelo município em consonância à normativa maior. **Davi** acrescentou que, em sendo aprovado o

texto, a comissão terá o ad referendum para orientar os municípios nas eleições. **Antônio Luiz** acrescentou que alguns conselheiros municipais realizam reclamações no Ministério Público/MP sobre eleições irregulares. O MP aciona o Conselho Estadual para examinar os documentos das eleições municipais para dar um parecer técnico. Por isso, a comissão de assessoramento aos municípios solicitou a apreciação do pleno sobre a resolução. Pois, em sendo acionados pelo MP o CES se baseará pela resolução em questões relacionadas a eleições para validar o processo. **Davi** voltou a solicitar o pleno que se manifestassem sobre o texto da resolução. O texto apresentado pela comissão foi aprovado pelo pleno. passou-se ao **OITAVO PONTO DE PAUTA. Informes gerais. Ubiracy** informou que a delegação sergipana da 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora - CNSTT logrou êxito ao ter aprovada todas as diretrizes e propostas debatidas na nacional. Agradeceu a Núbia e a Lohanna. E nome de toda a delegação agradeceu ao apoio recebido da Secretaria de Estado da Saúde, ao diretor da Diretoria de Planejamento, Davi Rogério, e ao Conselho Estadual por todo o respeito recebido. **Luiz Carlos** informou participar no programa de rádio "Sem barreiras", focado na inclusão e acessibilidade. Parabenizou a gestão da prefeitura municipal de Brejo Grande, que se fez presente em todos os atos da conferência de saúde. Convidou os conselheiros a participarem da solenidade de abertura da conferência das cidades. Agradeceu a Dr. Cláudio Mitidieri, Antônio Luiz e Davi pelo apoio no retorno do transporte na sede do Conselho. **Vera** informou participação em conferência de saúde, junto com Luciano, no município de Tobias Barreto; e participação na conferência estadual das mulheres. **Sheila** citou que na 5ª CNSTT visualizou muito erro de função, onde se viu CEREST como ocupacional, sendo necessário muitos destaques. Muitos gestores, trabalhadores e usuários não estão preparados para realizar conferências temáticas, pois tinham propostas incoerentes. Mencionou emoção de tristeza diante da delegação sergipana ter se deslocado via terrestre, tipo ônibus, sem conforto e sem receber as diárias até o segundo dia da conferência. **Ubiracy salientou que antigamente muitos delegados eleitos recebiam os recursos das diárias. Mas, por algum problema não viajavam. Ressaltou que tudo foi alinhado com a delegação, e não houve questionamentos contrários à viagem. Tem ata de reunião e assinada por todos os presentes. S**obre o recebimento das diárias para a delegação sergipana deslocar-se à Brasília para participar da 5ª CNSTT justificou que também foi alinhado que somente receberia quem entrasse no ônibus. Pois, poderia ocorrer desistência. A lista das pessoas que embarcaram foi encaminhada no sábado, após o embarque. Quanto a passagem aérea, a mesma é comprada de modo pessoal e intransferível. Isso, onera os cofres públicos na desistência do embarque. Salientou que alguns delegados desistiram e foi preciso acionar os suplente. Isso seria inviável com

CES/SE
Conselho Estadual de Saúde de Sergipe

compra de passagem aérea. Quanto ao ônibus, o mesmo foi confortável, com internet velocidade super link, todo o percurso de modo seguro. Inclusive, teve uma carta de gratidão à SES/SE, assinado por todos os delegados que viajaram no ônibus. **Davi** parabenizou à delegação pela consciência financeira com os recursos públicos. **OITAVO PONTO DE PAUTA. O que ocorrer. Jorge** citou que almejava estar na 5ª CNSTT como jornalista. Mas, não houve convite. A respeito do recebimento de diárias sempre foi algo complexo, mas o estado nunca deixou de pagar. Informou que o MINPA está com projeto de "Ação saúde MINPA" na cidade de Siriri, no dia dezoito de outubro. Agradeceu pelo apoio que sempre recebeu do CES. Po fim, informou que o MINPA está em seis estados, registrados pelo Incra Nacional. Parabenizou Núbia e demais integrantes da comissão de assessoramento por acompanhar as conferências municipais de saúde. Citou que não houve representante do CES na conferência de Cristinápolis. **Lohanna** destacou o quanto foi potente a delegação sergipana na 5ª CNSTT na participação dos debates, estando todos de parabéns. **Evanildo** salientou que a explanação de Lohanna ocorreu devido o planejamento estratégico do CES está estagnado. **Davi** convidou o conselheiro Evanildo a participar de reunião da Mesa Diretora ou solicitar a apresentação para verificar que a Mesa tem dado os encaminhamentos. Acrescentou que a SES colocou a estrutura da comunicação à disposição do CES, mas o que ocorreu foi a equipe da SES não está conectada e organizada com a agenda do CES da forma como se deseja e o CES merece, outra situação pontuada foi encaminhamento de contratação de um profissional indicado, mas no momento da contratação o profissional indicado não atendeu os requisitos do edital. Ressaltou ao conselheiro solicitar, de modo formal à Mesa a apresentação dos encaminhamentos dados no planejamento estratégico, para não ocorrer ruídos. **Antônio Luiz** relembrou que o pleno aprovou o plano de comunicação do CES, com a estrutura e orçamento. Alguns pontos já foram avançados. Mas, o CES precisa ter a própria estrutura. Citou a retomada do veículo para o CES, sem a ingerência da SES. Encerrou a reunião às 12h22 e convidou ao coffe break. Com a existência e arquivamento do áudio desta reunião, eu Vandecy Farias Bezerra, Secretária Executiva, lavro a presente ata, após lida, aprovada e assinada por todos os presentes.

Robinson Barroso Soares

Joana de Santana Barbosa.

Duclia 25 de Fevereira

notaste 16. de f. 16. mil